

LUIZ PHILIPPE DOS SANTOS RAMOS

O MILAGRE ECONÔMICO BRASILEIRO (1968-1973)

Monografia apresentada no
Curso de Ciências
Econômicas da Universidade
Federal do Paraná

Orientador: Profº Armando
João Dalla Costa

Curitiba
2007

TERMO DE APROVAÇÃO

LUIZ PHILIPPE DOS SANTOS RAMOS

**O MILAGRE ECONÔMICO BRASILEIRO (1968-1973):
UMA ABORDAGEM SOBRE O CRESCIMENTO**

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do título de graduado no Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Armando João Dalla Costa
Departamento de Economia, UFPR

Examinadores: Prof. José Guilherme Silva Vieira
Departamento de Economia, UFPR

Evânio do Nascimento Felipe
Prof. Evânio do Nascimento Felipe
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 14 de novembro de 2007.

Aos meus pais Lucy e Arlindo.
À minha irmã Larissa
À Alita, minha namorada.
Por todo o amor, por quem sou e
por tudo que alcancei.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Armando **Dalla Costa**, pela orientação, apoio e incentivo.

Aos amigos **Rafael**, **Martinho**, **Joel** e **Sandro** pela amizade, companheirismo e pela colaboração recebida durante o curso.

É conveniente interrogar o passado,
porque a sua resposta será proveitosa à
nossa experiência.

Young

RESUMO

O milagre econômico brasileiro foi um período de grande destaque econômico do Brasil. Nesse período a economia brasileira foi umas das que mais cresceram obtendo taxas de crescimento superiores a 10% ao ano. O objetivo desse trabalho é compreender as bases do milagre econômico, como se originou; descrever como se deu o crescimento e o desenvolvimento da economia brasileira e as tentativas do governo de transformar o crescimento econômico em desenvolvimento. A importância do PAEG para o período e a crise política vivida no Brasil são analisados na primeira parte do trabalho. A modificação na economia brasileira, que até o final da década de 60 encontrava-se estagnada começou a sua recuperação em 1967 e seu fim até o choque do petróleo no final de 1973. A utilização da capacidade ociosa, criação de empresas estatais são alvos de estudo para explicar como se deu o crescimento econômico. Por fim a avaliação de como ficou a população brasileira com o crescimento econômico, quais foram os ganhos e as perdas para a população, com o aumento do emprego mas também aumento da concentração de renda e piora na qualidade de vida da população.

Palavras-chave: Milagre econômico. Crise do milagre. PAEG.

SUMÁRIO

LISTAS DE TABELAS	iii
LISTAS DE SIGLAS	iv
1. INTRODUÇÃO	01
2. AS BASES DO MILAGRE	02
2.1 A CRISE DOS ANOS 60.....	02
2.2 CRISE POLÍTICA.....	05
2.3 PAEG.....	06
3. CRESCIMENTO ECONÔMICO NO MILAGRE	10
3.1 CRESCIMENTO ECONÔMICO, FORMAÇÃO DE CAPITAL E INFLAÇÃO, 1967-1973.....	11
3.2 A PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA.....	14
3.3 ENDIVIDAMENTO EXTERNO E A ACUMULAÇÃO DE RESERVAS.....	15
4. PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO	17
4.1 O PLANO METAS E BASES PARA A AÇÃO DO GOVERNO (1970-1973).....	18
4.2 PRIMEIRO PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (1972-1974).....	19
5. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	21
5.1 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA.....	24
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	32

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Produto e inflação: 1961-1968.....	03
--	----

LISTA DE SIGLAS

CMN	- Conselho Monetário Nacional
DIEESE	- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FGV	- Fundação Getúlio Vargas
FMI	- Fundo Monetário Internacional
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPA/DI	- Índice de preços por atacado - disponibilidade interna
MBAG	- Metas e Bases para a Ação do Governo
PAEG	- Programa de Ação Econômica do Governo
PED	- Programa estratégico de desenvolvimento
PIB	- Produto interno bruto
PND	- Plano Nacional de Desenvolvimento
ORTN	- Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional

1. INTRODUÇÃO

O período entre 1968-1973 foi caracterizado no Brasil como “milagre econômico”, pois neste período ocorreu um grande crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro. Porém este crescimento econômico não se refletiu numa melhoria da qualidade de vida da população.

O “milagre econômico” teve como base reformas no período de 1962 à 1966, principalmente com o PAEG e reformas que possibilitaram um enorme crescimento econômico em torno de 6 anos, até a primeira crise do petróleo.

A política econômica não conseguiu conciliar crescimento econômico com desenvolvimento, como uma economia que cresceu a uma média de 11,2% ao ano não conseguiu melhorar a qualidade de vida da população. Essa concentração levou diversos autores a afirmar que o crescimento econômico no “período do milagre”, de 1968 a 1973, beneficiou apenas uma pequena parcela da população brasileira e que o crescimento da indústria de bens de consumo durável foi baseado na demanda de um estrato muito pequeno da população.

O crescimento econômico no período, a base e os planos criados para sustentar o crescimento econômico são alvos desse estudo, procurando explicar como ocorreu o crescimento, o desenvolvimento e as tentativas do governo e seus planos de desenvolvimento.

Os objetivos específicos são: a) apontar as bases do milagre econômico; b) descrever o crescimento no período do milagre; c) identificar os planos de desenvolvimento.

2 AS BASES DO MILAGRE.

No período entre 1962-1967 a economia brasileira sofreu uma desaceleração. Após o crescimento entre 1956 e 1962. Neste período além da desaceleração da economia houve um aumento da inflação que chegou a atingir 90% em 1964, considerada alta para a época.

Segundo BAER (1988), no período entre 1962-1967 houve uma grande capacidade produtiva não aproveitada no setor de bens de capital, em função das próprias características do setor. Na indústria automobilística a capacidade ociosa chegou a 50%.

2.1 A CRISE DOS ANOS 60

O início da década de 60 se caracterizou pela primeira grande crise econômica brasileira do seu período industrial.

Segundo Tavares (1975, p.167), é indiscutível que a crise econômica pela qual a economia passou, em meados da década de sessenta, esteve estreitamente relacionada, a nível estrutural, com o esgotamento do dinamismo da industrialização baseado na substituição de importações.

Para Tavares a política econômica para desacelerar a inflação foi agravada por problemas conjunturais e de salários. Estas medidas tiveram um resultado depressivo.

“A tendência á desaceleração se somou a uma crise conjuntural, cuja natureza se relacionava com a busca de soluções para a própria desaceleração. Numa primeira fase reuniram-se diversas circunstancias que configuraram esta situação. Entre elas devem se ressaltadas as tentativas do governo para redistribuir a renda em favor dos assalariados, através de uma política de salários e preços, freando, simultaneamente, a inflação, via contenção do gasto público ou do crédito privado e redução da liquidez do sistema mediante um programa monetário rígido”. (Tavares 1975, p.170)

Segundo Gremaud (1996,p. 145) houve uma queda importante dos investimentos e a taxa de crescimento da renda brasileira também caiu

significativamente, porém a inflação reflete problemas herdados dos desequilíbrios do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek.

Tabela 1- Produto e inflação: 1961-1968.

Ano	Crescimento do PIB(%)	do Crescimento da produção industrial (%)	da Taxa de inflação (%)
1961	8,6	11,1	33,2
1962	6,6	8,1	49,4
1963	0,6	-0,2	72,8
1964	3,4	5,0	91,8
1965	2,4	-4,7	65,7
1966	6,7	11,7	41,3
1967	4,2	2,2	30,4
1968	9,8	14,2	22,0

Fonte: Abreu(1990)

A tabela 1 mostra uma queda no crescimento do PIB no período anterior ao milagre econômico, a produção industrial apresentou no período uma forte oscilação, em 1965 houve queda de 4,7% e em 1966 Houve aumento de 11,7%, apresentando fortes oscilações.

A inflação apresentou aumento de 1961 até 1964 e a partir daí começou a diminuir até apresentar no começo do milagre econômico, em 1968 uma taxa de inflação de 22%

A equipe econômica que assumiu o comando da economia com o advento do regime militar, em 1964, sob o comando de Roberto Campos e Octavio Bulhões, identificou a inflação como o problema básico da economia.

Segundo Singer (1980, p.54) o enfretamento da inflação se deu em 1964. Quando o poder passou a ser exercido por delegados das Forças Armadas de forma extremamente centralizado, em grande medida imune as pressões dos grupos de interesses.

A estagnação econômica e o descompasso das contas externas ocorriam, em boa parte, das distorções e incertezas resultantes de elevadas taxas de inflação que estavam associadas com o desequilíbrio das contas públicas e com a política salarial recente.

A inflação era vista como uma inflação de demanda, impulsionada por uma expansão monetária excessiva, ainda que se reconhecessem elementos de pressão sobre os custos, notadamente no tocante a salários.

Segundo BAER (1988 p.227) nos primeiros anos após a mudança de governo em 1964, os formuladores da política deram destaque à estabilização dos preços e às reformas estruturais nos mercados financeiros.

A estabilização dos preços consistiu em medidas clássicas: redução dos gastos do governo em vários setores, aumento das receitas fiscais através de melhoramentos introduzidos no mecanismo de arrecadação de impostos, contenção do crédito e severa política salarial.

A partir desse diagnóstico, entre 1964 e 1966, a nova administração demonstrou firme determinação de implementar mudanças na área monetária e fiscal.

Desse modo as condições necessárias para o combate a inflação foram criadas em 1964, foram proibidos reajustes salariais em intervalos menores de um ano.

Segundo Singer (1980, p.55), os sindicatos perderam sua autonomia face ao poder estatal, as greves por aumento de salários foram praticamente proibidas e, a partir de 1965, foi adotado uma política salarial uniforme para todo o país.

Deste modo o salário mínimo real foi reduzido, diminuindo a renda dos trabalhadores, principalmente os menos qualificados que ganhavam o equivalente ao salário mínimo.

2.2 CRISE POLÍTICA.

No governo Jânio Quadros houve um conservadorismo na política econômica para enfrentar os problemas de inflação, déficit fiscal e pressão sobre o balanço de pagamentos, herdados do Plano de Metas do governo Juscelino.

Segundo Lacerda (2002, p. 101), em março de 1961, foi feita uma reforma cambial, com desvalorização em 100% para o chamado câmbio de custo, aplicado às importações preferenciais, como petróleo e papel de imprensa. O objetivo foi diminuir a pressão dos subsídios cambiais sobre o déficit público.

Durante o breve governo de Jânio Quadros foi feito um esforço para desacelerar a inflação.

Segundo BAER (1988, p.190), o governo impôs a contenção do crédito e congelamento salarial e iniciou um severo programa de diminuição das operações governamentais. Em meados de 1961 já havia alguma evidência de que o crescimento da inflação estava diminuindo e os credores externos do Brasil começaram a olhar o país de uma forma diferente.

A forte pressão sobre Jânio Quadros para estabilização e reformas estruturais causaram sua renúncia à presidência.

Em 1963, Goulart assumiu a presidência, e houve tentativas para alcançar a estabilização e promover reformas estruturais, mas por pressões de líderes trabalhistas por ajustes salariais a tentativa de estabilizar a economia e conter a inflação foi abandonada.

Em 1964 assume Castelo Branco, que formulou o PAEG que objetivava o combate à inflação, e essa política foi continuada até as grandes modificações do Governo Costa e Silva em 1967.

Segundo SKIDMORE (1991, p.137), quando Costa e Silva acabou de colocar a faixa presidencial, o Brasil disse adeus a um conturbado período presidencial. Este período começou com a eleição de Jânio Quadros em 1960, seguido pela renúncia em 1961, continuou com o tumultuado acesso ao poder de João Goulart em 1961, o sistema parlamentar imposto pelos militares de 1961 a

1963, saída de Goulart em 1964 e, finalmente, o governo Castelo Branco que os militares prorrogaram por um ano além do mandato original de 1961-1966.

Entre os novos ministros, pode-se destacar os do setor econômico, Antônio Delfim Neto, Ministro da Fazenda, e Hélio Beltrão, do Planejamento. O primeiro era um economista brilhante de São Paulo, o segundo um homem respeitado pelas empresas privadas.

2.3 PAEG

O governo Castelo Branco (1964-67) procurou agir a curto prazo, no sentido de conter a inflação e retomar o ritmo de crescimento econômico.

No ano de 1964, foi criado o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), para os anos de 1965-1966. Os principais objetivos do PAEG foram acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico, e conter o processo inflacionário.

Segundo Lorenzo-Fernandez (1980), os objetivos e instrumentos do PAEG foram:

- a) conter a inflação até 25% em 1965 e 20% em 1966.
- b) atenuar os desníveis setoriais e regionais.
 - Mantendo estável a porcentagem da remuneração do trabalho no PIB (que havia caído para 51,4% em 1958/1960, de 56,7% em 1956).
 - Aumentando a proporção dos encargos tributários no Produto sem aumentar, no entanto, a porcentagem da despesa pública.
 - Reduzir a porcentagem ostensiva da remuneração dos demais fatores e mantendo, porém a proporção real, substituindo-se a fórmula de captação inflacionária de recursos pelo Governo pela solução tributária.
 - Mantendo as políticas de desenvolvimento regional, com prioridade oficial para a criação de economia externa (obras de infra estrutura, levantamento de recursos, aperfeiçoamento do fator humano) e continuação do sistema de estímulos fiscais.

- c) assegurar a absorção da mão-de-obra adicional mediante:
- Estímulo a construção civil mediante programa habitacional.
 - Reforma agrária.
 - Incentivo as exportações, particularmente de indústrias com elevado coeficiente de mão-de-obra, aproveitando melhor o estoque de capital existente.
 - Realismo das políticas salarial, cambial e creditícia, para evitar distorções e a substituição de trabalho por capital.
- d) corrigir os déficits do balanço de pagamentos, evitando o estrangulamento periódico da capacidade de importar, mediante:
- Política de comércio exterior, taxas cambiais favoráveis , simplificação burocrática, estímulo fiscais e cambiais, financiamento adequado.
 - Política cambial: eliminação progressiva de subsídios e taxas preferenciais (exceto para o café) e de depósitos compulsórios, disciplinarmente da expansão do endividamento e reescalonamento dos compromissos, manutenção do monopólio de compras cambiais da exportação de café, programação rigorosa do orçamento de cambio.
 - Política de capitais, eliminando o clima hostil.

O PAEG não obteve resultado quantitativo imediato. A expansão do Produto Real foi menos de 2,4%, pouco mais da metade previsto, a taxa de inflação para o biênio 1965/1966 atingiu 65%, o dobro do estipulado.

Segundo Lorenzo-Fernandez (1980, p.212), o êxito global do programa é surpreendente naquilo que constitui a sua essência verdadeira, que é a transformação estrutural da economia pois realizou-se dois feitos difíceis: uma série de reformas institucionais de alcance gigantesco; e um programa antiinflacionário, sem provocar um desemprego excessivo.

Para Furtado (1988, p124) , as principais reformas institucionais foram:

- o instituto mais amplo da correção monetária, com a criação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro nacional (ORTN), título público com

prazo de resgate inicial de 1,2,5 e 8 anos, mais correção monetária ou cambial que variavam de 6 a 8% ao anos, destinavam-se a cobrir déficits orçamentários e atender investimentos do governo federal.

- As reformas bancárias, do qual surgiu o Banco Central do Brasil, como órgão executor e fiscalizador da política financeira estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN)
- A reestruturação do mercado de capitais, com o objetivo de ampliar a captação de poupança para atender a capitalização das empresas e possibilitar maior negociação dos títulos da dívida pública, através e uma nova estrutura do Sistema Financeiro Nacional.

Em 1966 foi criado o Cruzeiro novo, realizou-se uma reforma monetária.

Segundo Furtado (1988, p.125), no setor fiscal, foi aprovado o Código Tributário nacional que, além de dispor sobre o sistema tributário do país estabeleceu normas gerais de direito tributável aplicáveis á União, aos estados e municípios. O antigo imposto de consumo foi substituído pelo Imposto sobre produtos Industrializados (IPI) e o imposto de vendas e consignações foi sucedido pelo Imposto de Circulação de Mercadoria (ICM) que passou a incidir não mais sob a forma especulativa, mas apenas sobre a diferença entre o valor da venda e o valor de compra da mercadoria.

No Plano Externo, o Governo renegociou a dívida, estimulou exportações e procurou atrair capitais estrangeiros para investimento direto.

Segundo Furtado (1988, p.175), o governo criou maiores incentivos fiscais para a exportação:

- isentou do IPI os produtos industrializados.
- Permitiu que fosse deduzido do lucro das empresas, para fins de imposto de renda, um percentual equivalente ao das exportações em relação ao total de vendas.

A receita de exportações manteve-se superior as despesas com importações, o que determinou saldos na balança comercial. Porém os déficits da conta serviços aumentaram em taxas superiores a da exportação.

No início do Governo Castelo Branco, 70% da dívida externa, que no final de 1963 era de 2,497 milhões de dólares, foi renegociada, com prazo de 5 anos para pagamento com carência de dois anos. O Governo levantou, então, o segundo grande empréstimo tomado pelo país ao FMI.

3 CRESCIMENTO ECONÔMICO NO MILAGRE

A expressão “milagre econômico” decorre de fenômenos idênticos ocorridos na Alemanha Ocidental e no Japão nas décadas imediatamente anteriores. Nos anos cinquenta a economia alemã emerge dos escombros da Segunda Guerra Mundial, passando a desenvolver agressiva competição no mercado mundial.

Segundo SINGER (1980, p. 123), a dificuldade em explicar a rapidez com que a Alemanha se reerguia das ruínas da guerra, motivo de surpresa e admiração, leva profissionais da imprensa e outros a divulgarem o fenômeno como o “milagre alemão”. O Japão, outro país atingido durante a guerra, projetava-se economicamente no mundo, com grande força e poder de competitividade, nos anos sessenta, o que leva os analistas a identificarem o fenômeno como o “milagre japonês”.

Segundo BRUM (1991, p.165).

“Assim que a economia brasileira começa a apresentar altas taxas de crescimento em anos sucessivos, o governo militar procurou difundir a imagem de que a década de setenta seria a vez do “milagre brasileiro”, sem considerar que a Alemanha e o Japão desenvolviam projetos auto-sustentados, enquanto que a economia brasileira estava sendo movida basicamente a crédito-capital e tecnologia importados. Aliás, a intensa divulgação do ufismo oficial tem também o propósito de tomar o Brasil mais conhecido no exterior e encorajar os investidores estrangeiros a aplicar excedentes de capital no país.”

Segundo FURTADO (1988, p.178) o milagre econômico foi a conjunção do uso de capacidade produtiva ociosa, melhora nos termos de intercâmbio, de grande prosperidade nos países industriais, principais importadores do Brasil, e de endividamento externo em condições excepcionalmente favoráveis.

3.1 CRESCIMENTO ECONÔMICO, FORMAÇÃO DE CAPITAL E INFLAÇÃO, 1967-1973

Os dados revistos das Contas Nacionais do Brasil mostram que, em 1964 a 1965, a economia cresceu 3,4% e 2,4% respectivamente, resultando um pequeno declínio do produto per capita no biênio. Em 1966, a taxa de crescimento do PIB de 6,7% foi satisfatória. Porém, a crise de estabilização, provocada a partir da metade do ano pelo aperto de liquidez e a contenção do crédito, reduziu a taxa de crescimento global para 4,2% em 1967. Essa média foi favoravelmente influenciada pelo bom desempenho do setor primário cuja produção aumentou 5,7%, visto que a indústria de transformação cresceu apenas 2,2%.

Em 1967, tem-se a adoção de uma política gradualista de controle de inflação em oposição ao tratamento de choque do período anterior. As principais fontes de crescimento econômico da época provinham da retomada do investimento público em infra-estrutura e do aumentos das empresas estatais.

A partir de 1968, primeiro ano de plena implementação da política expansionista da nova administração, tanto o produto global como os produtos setoriais apresentaram forte crescimento. Entre 1968 e 1973, o PIB real cresceu à taxa média de 11,2%, diante de uma média histórica no período pós-guerra até o início dos anos 60, da ordem de 7%.

Segundo LAGO (1989, p.239), o crescimento industrial foi particularmente significativo: no mesmo período 1968-73, a indústria de transformação cresceu à taxa média de 13,3% ao ano e a indústria de construção à taxa média, ainda mais elevada, de 15% ao ano.

Ainda LAGO (1989, p. 240), os serviços industriais de utilidade pública, incluindo principalmente a geração de energia elétrica, e que em boa parte estavam sob o controle do governo, apresentaram também crescimento anual da ordem de 12,1%.

A principal fonte de crescimento desde 1968 pode ser encontrada nas atividades econômicas do setor público. Uma outra fonte encontra-se na rápida expansão da produção de bens de consumo durável.

Como seria de se esperar, diante da ênfase concedida ao crescimento econômico pela equipe do Ministro Delfim Netto, a partir de 1967 os ganhos no combate à inflação deixaram de ser tão expressivos quanto no triênio anterior (LAGO 1989, p.245).

De fato, a nova administração admitia o convívio com certo nível de inflação, que se encontrava na faixa de 20 a 30%, contanto que o ritmo de crescimento dos preços mostrasse, gradualmente, uma tendência à queda (LAGO 1989, p.245).

A fundação do conselho Interministerial de Preços (CIP), em 1968, abriu um novo capítulo no controle estatal não apenas sobre os preços mas também sobre a alocação geral dos recursos. Era composto dos Ministros da fazenda, Planejamento, Comércio e Agricultura. O conselho não podia legalmente fixar preços, mas atuava como uma comissão geral de fiscalização dos mesmos. (BAER, 1988, p.242).

Quanto a evolução da inflação ano a ano, em 1967, primeiro ano da nova administração, a inflação média esteve próxima dos 30%, enquanto a inflação medida de dezembro a dezembro se apresentava mais próxima de 25%. Cabe observar a queda da variação do IPA/DI (Índice de preços por atacado-disponibilidade interna) de 42,1% para 21,2% do final de 1966 para o final de 1967. (SIMONSEN, 1970, pp.44)

Em 1968, ano em que se introduziu a política de minidesvalorização cambiais e em que a política salarial passou a ser menos restritiva, mas os controles de preços assumiram caráter compulsório, as taxas de inflação verificadas no fim do ano foram muito semelhantes às do ano anterior. O crescimento a uma taxa muito elevada e a forte demanda global dificultaram o declínio da taxa de inflação. (LAGO p.246)

Em 1969, observou-se uma escassez de produtos agrícolas que resultou da baixa taxa de crescimento da agricultura em 1968. Esta teve impacto não negligenciável sobre o custo de vida, freando uma maior queda nesse ano, enquanto os índices de preços por atacado, tanto na média como o de fim do ano, caíram abaixo de 20%. (LAGO p.247)

Segundo Lago apesar do crescimento elevado, a política de combate à inflação foi mais ativa, já que houve um maior esforço de contenção da expansão monetária e do déficit público. Esse foi o primeiro ano da nova administração em que a colocação de títulos públicos financiou mais do que a totalidade do déficit de caixa da União, fato que repetiria nos anos seguintes, contribuindo para reduzir as pressões inflacionárias (SIMONSEN, 1970, p.53).

Efetivamente, a partir de meados de 1972, "os controles de preços foram acionados não mais com o objetivo de compatibilizar uma política de liquidez folgada com a estabilidade da taxa de inflação, mas (sim) o que é certamente mais difícil, (com o objetivo) de compatibilizar a liquidez folgada com o declínio da inflação". Na ausência de capacidade ociosa, houve impacto sobre a rentabilidade de setores específicos e somente se adiou o efeito sobre os índices de preços (CARNEIRO, 1977, pp. 22-3).

De fato, os índices de preços disponíveis para 1973 perdem em parte o seu significado por refletirem um forte impacto de preços tabelados que eram amplamente desrespeitados. Enquanto a variação dos índices médios da Fundação Getúlio Vargas e do IPE mostravam novo recuo, situando-se na casa dos 15%, o índice médio do DIEESE apontava uma inflação de 26,1%.

O controle de preços já não podia encobrir, no final de 1973, o crescimento do processo inflacionário e a necessidade de medidas para impedir a sua aceleração. O efeito do tabelamento sobre os índices de preços era enganoso, e levou Mário Henrique Simonsen, o novo ministro da Fazenda empossado em 1974, que era oriundo da Escola de Pós-Graduação em Economia do Instituto Brasileiro de Economia da FGV, a reestimar a taxa de variação acumulada do ICV do Rio em 1973 de 13,7% para 26,6% e a do IGP-DI de 15,7% para 19,3%, em função de uma reavaliação do componente do custo da alimentação (Marques, 1985, p, 344). O Banco Mundial, por sua vez, fez uma estimativa da inflação de 22,5% para o ano (SKIDMORE, 1988, p. 276).

O tabelamento de preços a níveis irreais levou ao surgimento de "mercados paralelos" para diversos produtos cujos preços se pretendia

controlar. Assim a aceleração efetiva da inflação em 1974, captada por diversos índices e que resultou da revisão do tabelamento e controles anteriores, teria sido na realidade muito menos acentuada, e já teria ocorrido em 1973. Porém as tensões resultantes do tabelamento iriam se agravar com o primeiro choque do petróleo, cujo impacto se faria sentir em 1974.

A aceleração da inflação estava claramente associada com o nível de atividade da economia, que como já se viu alcançava taxas de crescimento sem precedentes, mas também com as políticas monetária, fiscal e creditícia do governo (LAGO 1989, p.248).

3.2 A PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA

No que se refere ao crescimento das empresas estatais, o período caracterizou-se como o de maior intensidade de criação, ou seja, foram criadas cerca de 231 novas empresas públicas, sendo 175 na área de serviços, 42 na indústria de transformação, 12 em mineração e 2 na agricultura. Não há divergências quanto ao aumento do número de empresas estatais, porém há certa divergência entre os estudiosos do período no que se refere à importância das estatais na economia.

Para ROSSETTI (1991, p. 125), a atuação do governo como produtor foi de extrema importância, alterando até a alocação dos recursos na economia. MENDONÇA, citado em BAER (1988, p. 237), o setor produtivo estatal “converte-se num sólido bloco capitalista que iria disputar internamente recursos produtivos e mercados com as demais frações do capital”.

A administração pública e as empresas estatais eram responsáveis por cerca de metade dos investimentos com relação à formação de capital como supridor de crédito e demanda de bens, o Estado podia influir ativamente na economia, o que ocorreu de forma permanente entre 1967 e 1973, sem que se possa falar de um agravamento do grau de estatização do país e sim de um forte centralismo na condução da economia. (ABREU 1990, p.271)

Ainda que as estatísticas disponíveis sejam insatisfatórias, destaca-se a importância da política de investimentos do governo no período em estudo como fator impulsionador do crescimento global da economia e em particular, da indústria de bens de capital.

TREBAT , citado por ABREU (1990, p. 273)As ferrovias mantiveram uma participação constante em 12% e os investimentos no setor de telecomunicações aumentaram de 6% para 9% do total. A participação do aço dobrou de 4% em 1966-1969 para 9% em 1970-1974 e a da mineração passou de 4 para 6%.

Ainda ABREU, o investimento das estatais teria crescido a uma taxa de quase 20% ao ano em termos reais entre 1967 e 1973, explicando o aumento de sua participação no PIB

3.3 ENDIVIDAMENTO EXTERNO E A ACUMULAÇÃO DE RESERVAS

No período 1964 a 1966, os empréstimos externos concedidos ao Brasil tiveram, em boa parte, caráter oficial e conotação política, e contribuíram para os reescalamentos da dívida externa promovidos pelo Governo Castelo Branco e que foram basicamente apoiados pelo governo norte-americano (SKIDMORE, 1988, pp. 126-7).

Em fins de 1966, a dívida externa bruta de médio e longo prazos alcançava US\$3.666 milhões e a dívida líquida US\$3.245 milhões, a diferença de US\$421 milhões correspondendo às reservas brutas das autoridades monetárias. Deduzidas as obrigações de curto prazo das autoridades monetárias, as reservas líquidas alcançavam US\$412 milhões,

No final de 1973, a dívida bruta passara para US\$12.572 milhões e a dívida líquida para US\$6.156 milhões. As reservas líquidas alcançavam US\$5.994 milhões e as obrigações de curto prazo das autoridades monetárias eram da ordem de US\$422 milhões, perfazendo um total de reservas brutas de US\$6.416 milhões (BATISTA JR., 1988a, p. 213).

Segundo GOMES, citado por ABREU (1990, p.278), a partir de 1972, foi possível a colocação de títulos (bonds) do governo brasileiro no exterior,

inicialmente na Alemanha e depois nos EUA, alcançando-se um mercado antes inacessível. Em 1973 haveria uma incursão no mercado japonês, mas as emissões seriam interrompidas com o primeiro choque do petróleo

A combinação de uma rápida expansão da dívida externa e de um forte crescimento do Produto Interno Bruto, que se observou entre 1967 e 1973, não caracterizou, necessariamente, um caso de crescimento liderado por dívida externa.

De fato, análise da natureza e dos determinantes básicos do crescimento da dívida externa indica realmente que tal aumento "teve relativamente pouco a ver com o financiamento do crescimento" naquele período .

4 PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO

O PROGRAMA ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO (1968-1970)

O programa estratégico de desenvolvimento (PED) foi elaborado durante o governo do presidente Costa e Silva, sob a gestão de Hélio Beltrão no ministério do Planejamento e Coordenação Geral, em junho de 1968, para o triênio 68/70.

O PED continha como elementos fundamentais a criação de um programa de investimento nas áreas consideradas estratégicas, a programação de instrumentos financeiros e um conjunto de instrumentos de ação indireta sobre o setor privado.

A proposição básica contida no PED era a definição da política de desenvolvimento econômico para o período de 1968-1970, tendo como objetivo principal o crescimento econômico. Procurou também corrigir as falhas ocorridas nos programas realizados pelos governos anteriores.

O ponto de partida para a elaboração do PED, foi o diagnóstico dos dois problemas principais da economia brasileira da época: o esgotamento das oportunidades de substituir importações e a crescente participação do setor público na economia. Era portanto, indispensável a renovação dos setores dinâmicos, a consolidação da infra-estrutura e o incentivo a programas de expansão do poder de demanda. Também se mostravam imprescindíveis a política de distribuição de renda, mas preservando a capacidade de poupança, e a recuperação do atraso tecnológico.

Criou-se então um modelo para verificar a compatibilidade entre os objetivos e, a partir daí, definiu-se os objetivos setoriais de forma a compatibilizá-los com os objetivos globais.

O PED limitou a ação governamental à ampliação da infra-estrutura econômica de apoio e ao fornecimento dos insumos básicos necessários para a dinamização de setores produtivos não tradicionais.

Como objetivos básicos do PED podem ser citados a aceleração do desenvolvimento econômico, a contenção da inflação, o desenvolvimento social e a expansão das oportunidades de emprego. As principais metas referem-se à

retomada dos investimentos, à expansão dos mercados interno e externo e à ampliação das áreas de atuação do BNDES, financiando a petroquímica, a pesquisa e extração mineral, agropecuária, mecânica, comunicações, etc.

4.1 O PLANO METAS E BASES PARA A AÇÃO DO GOVERNO (1970-1973)

O plano subsequente adotado pelo governo federal foi o Metas e Bases para a Ação do Governo (MBAG), durante o governo Médici, divulgado em outubro de 1970. O governo não pretendia criar um novo plano imediatamente e, assim, o MBAG completou-se com outros dois documentos: o Orçamento Plurianual de Investimentos de 1971 a 1973 e o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (1972-1974).

O MBAG estabeleceu como prioridades nacionais para o período de 1970-1973 (auge do Milagre Econômico) as seguintes: investimentos em educação, saúde, saneamento, agricultura e abastecimento e o avanço no desenvolvimento científico e tecnológico.

O documento identificava como objetivo síntese o ingresso do Brasil no mundo desenvolvido até o final do século (Brasil, 1970). Este objetivo síntese incorporava os seguintes objetivos básicos:

- crescimento econômico com elevação da taxa de crescimento do produto real para no mínimo 7 a 9% a.a., evoluindo para 10% a.a.;
- expansão do emprego para a ordem de 3,3% a.a.;
- controle da taxa de inflação;
- expansão das receitas de exportação;
- progresso social e melhoria na distribuição de renda;
- correção gradual de desequilíbrios regionais e setoriais;
- estabilidade política e segurança nacional.

4.2 PRIMEIRO PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (1972-1974)

Em 15 de setembro de 1971 foi encaminhada ao congresso, juntamente com o segundo Orçamento Plurianual de Investimento, a proposta do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND). O I PND definiu os seguintes objetivos nacionais:

- colocar o Brasil, no espaço de uma geração, na categoria de nação desenvolvida;
- duplicar, até 1980, a renda per capita do país (em comparação com 1969);
- expandir o PIB de Cr\$ 222,8 Bilhões em 1972 para Cr\$ 314,5 bilhões em 1974 (a preço de 1972)
- investimentos nas áreas de siderurgia, petroquímica, transporte, construção naval, energia elétrica e mineração;
- prioridades sociais: agricultura, programas de saúde, educação, saneamento básico e incremento à pesquisa técnico-científica;
- ampliação do mercado consumidor e da poupança interna com os recursos do PIS e do PASEP;
- aumento da taxa de investimento bruto de 17% em 1970 para 19% em 1974;
-

Para isto, pressupunha a manutenção de taxas anuais de crescimento do PIB de 8 a 10%; taxa de expansão do nível de emprego de 3,2%, redução da taxa de inflação até o nível de 10%, disseminação dos resultados do progresso econômico em termos sociais e regionais; estabilidade política e segurança interna e externa.

O I PND foi baseado no binômio político ideológico de segurança e desenvolvimento e representou uma ampla formulação do “modelo brasileiro de organizar o Estado e moldar as instituições”. Os projetos de desenvolvimento do I PND seriam completados como PIN (Programa de Integração Nacional), cujos objetivos eram a construção da Rodovia Transamazônica e colonização das regiões por ela cortadas; ampliar para 40 mil hectares a área irrigada do Nordeste

e distribuir 70 mil títulos de propriedades rurais a posseiros e agricultores sem-terra.

Segundo SANDRONI (2000, p 256), ao final do triênio 72/74, confirmou-se o elevado grau de execução do I PND, sobretudo na área econômica. Contudo, alguns projetos sociais tiveram um grau de execução bem abaixo do previsto. Dos 40 mil hectares estipulados para a irrigação no Nordeste foram irrigados apenas 5.674 hectares.

No saneamento básico, a rede de esgoto assegurou o atendimento a 500 mil pessoas em lugar dos 5 milhões constantes do I PND. A inflação prevista para 10% a.a. atingiu 35%.

O I PND, concedeu maior ênfase à indústria de bens de consumo duráveis, liderada pela indústria automobilístico. Mas, apesar de haver um intenso crescimento econômico neste período, o plano acabou intensificando as distorções distributivas do país.

5 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O grande questionamento ao milagre refere-se aos aspectos sociais. Os Teóricos do desenvolvimento já chamavam a atenção para a diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico, entendendo este último como a mudança qualitativa das condições de vida da maioria da população de um país. O mero crescimento econômico registrado na melhoria dos índices de produção não se reflete, necessariamente, no aumento do bem-estar do conjunto da população. Foi o que ocorreu durante o milagre, tanto que os próprios dirigentes diziam que a economia ia bem, mas o povo ia mal. (REGO, 2005)

Houve um agravamento de todo o quadro social no país, algo aparentemente incompatível com o enorme aumento de riqueza nacional. Na verdade, encontra-se aqui uma interpretação do que teria sido o milagre econômico brasileiro: um intenso crescimento da acumulação capitalista beneficiado por altíssimas taxas de lucros resultante da compressão dos salários dos trabalhadores para explicar esse tipo de acumulação, similares aos períodos de acumulação primitiva em que não eram respeitados os direitos políticos de acumulação primitiva em que não eram respeitados os direitos políticos e sociais das classes trabalhadoras. (Rego, 2005)

O crescimento econômico trouxe benefícios para as classes de maiores renda, durante o “milagre econômico” o poder de compra do salário mínimo só diminuía enquanto os lucros e salários das classe média e alta só aumentava, assim a desigualdade era cada vez maior.

Durante o milagre econômico o coeficiente de Gini, que mede o nível de concentração de renda num país em uma escala de 0 a 1, onde, quanto mais perto de 1 maior é a concentração de renda e mais próximo de 0 menor é a concentração de renda, segundo Langoni enquanto em 1960 este coeficiente era de 0,4999 em 1970 era 0,5684.

O Brasil, ao progredir economicamente, aumenta sua desigualdade sócio-econômica, o salário mínimo real, apesar de cair menos do que no período

anterior (1964-1966, diminuição real de 25%), continuou baixando mais 15% entre 1967 e 1973. Assim, as vantagens do crescimento econômico ficaram com o grande capital, os salários continuaram a ser achatados, apesar da propaganda institucional. O milagre econômico evidenciou a má distribuição de renda: Em 1979, apenas 4% da população economicamente ativa do Rio de Janeiro e São Paulo ganha acima de dez salários mínimos. A maioria, 40%, recebe até três salários mínimos. Além disso, o valor real do salário mínimo cai drasticamente. Em 1959, um trabalhador que ganhasse salário mínimo precisava trabalhar 65 horas para comprar os alimentos necessários à sua família. No final da década de 70 o número de horas necessárias passa para 153. No campo, a maior parte dos trabalhadores não recebia sequer o salário mínimo. (REGO, 2005)

Efetivamente, a concentração de renda é impressionante, tendo aumentado consideravelmente entre 1960 e 1970. A metade mais pobre da população recebia algo mais que 1/6 da renda total em 1960 e menos de 1/7 em 1970. Apesar de sua renda per capita ter aumentado de 7,5% nestes 10 anos(SINGER , 1980)

O Brasil tinha o 9º PNB do mundo, mas em desnutrição perde apenas para Índia, Indonésia, Bangladesh, Paquistão e Filipinas. Um estudo do Banco Mundial, mostra que no fim do milagre econômico 70 milhões de brasileiros são desnutridos, cerca de 64,5% da população da época. A mortalidade em São Paulo teve um aumento de 10% e 30 % dos municípios não tinham abastecimento de água. (REGO, 2005)

A área econômica durante o ciclo militar é administrada por tecnocratas civis, que apregoam uma suposta neutralidade, afirmando que não tem “nenhum compromisso com classes sociais ou grupos econômicos” (SKINDMORE, 1988)

O modelo de desenvolvimento mantido no país é concentrador porque tem favorecido a grande empresa em detrimento da média e da pequena. Tem estimulado a fusão de empresas e indústrias, comerciais e financeiras. Tem estimulado a concentração da propriedade da terra e viabilizando a grande e média empresa rural em detrimento da pequena propriedade familiar. Tem favorecido uma mais rápida expansão econômica nos estados e regiões mais ricos, deixando os demais em segundo plano, na situação de retardatários. Tem

privilegiado a lucratividade do capital em detrimento dos ganhos do trabalho. Tem favorecido o aumento de renda dos mais ricos e penalizado os mais pobres. (BRUM, 1995)

Essa forma de crescimento da produção industrial e agrícola, especialmente a voltada para a exportação, foi classificada por Fernando Fajnzylber como competitividade espúria, pois estaria baseada no agravamento das questões sociais a partir da deterioração da relação salário/câmbio. Autores como Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos desenvolveram o conceito de superexploração dos trabalhadores para explicar esse tipo de acumulação, similares aos períodos de acumulação primitiva em que não eram respeitados os direitos políticos e sociais das classes trabalhadoras.

A concentração da economia e da renda se dá em três dimensões principais: concentração regional, com regiões ricas e dominantes e regiões mais pobres e dominadas economicamente; concentração em grandes unidades produtoras ou de comércio, com grande poder de formação de preço e no controle do mercado; concentração pessoal, com indivíduo relativamente mais rico e a maioria proporcionalmente mais pobre. (BRUM, 1995)

Em São Paulo, segundo o deflator do IPE e Bolsa de Mercadorias de São Paulo o salário mínimo real alcança um nível mínimo em 1969, com perda de 22,2% com relação a 1964 e se recupera lentamente até 1973, para voltar a apresentar um nível ainda mais baixo do que o de 1969 em 1974, por razões de índice, semelhantes às já observadas para o Rio de Janeiro.

A série de salários mínimos deflacionada pelo DIEESE, que não tem um comportamento anômalo em 1973, indica uma perda contínua de poder aquisitivo de 1964 a 1974, da ordem de 42%. Entre 1967 e 1973, tal perda teria sido da ordem de 15,1 %, enquanto a perda maior, da ordem de 25,2%, teria ocorrido de 1964 para 1967 (LAGO, 1980).

Qualquer que seja o indicador escolhido, no período 1967 a 1973 ocorreu uma queda ou estagnação do salário mínimo real apesar do forte crescimento da economia e da produtividade do trabalho (dados do IBGE - Deicom, IBGE, 1979, p. 195).

A magnitude dessa perda, no entanto, não se estendeu ao salário médio por razões que merecem ser examinadas. Enquanto permanece inequívoco que um trabalhador que ganhou salário mínimo durante o período 1967-1973 não teve qualquer ganho de poder aquisitivo, os dados estatísticos disponíveis indicam que houve uma queda relativa do número de trabalhadores que ganhavam apenas um salário mínimo, e um aumento do coeficiente entre o salário médio e o salário mínimo legal, notadamente no setor industrial, que apresentou forte crescimento (LAGO, 1980, p. 69).

Por outro lado, certas categorias de trabalhadores, especialmente os empregados mais qualificados, tiveram aumentos de salários bastante superiores aos da média dos trabalhadores, influenciando positivamente a média global.

Na ausência de séries estatísticas para a força de trabalho como um todo, pode-se examinar a evolução salário médio anual real na indústria de transformação, do pessoal ligado à produção e do pessoal total ocupado. Novamente, o uso de deflatores alternativos indica tendências distintas. Mesmo utilizando-se os índices menos favoráveis deflacionados pelo índice de preços do DIEESE, o salário real do pessoal ligado à produção teria caído até 1967 e se recuperado gradualmente até 1972, com uma queda em 1973, para um nível 10% mais baixo do que em 1964. Ainda segundo os dados do DIEESE, o salário real do pessoal ocupado total teria, em 1972, ultrapassado em 6,3% o nível de 1964, recuando em 1973, para continuar acima do de 1964 em 1974.

Em suma, no período 1967-1973, a política salarial e a política de relações trabalhistas do governo tiveram como resultado uma contenção dos níveis de salário real, dentro do espírito de combate à inflação de custos da nova administração, favorecendo a acumulação de capital via manutenção de elevada taxa de lucro, e possibilitando uma política de remuneração seletiva para o pessoal de nível mais elevado. (LAGO p.287)

5.1 Distribuição de renda

A questão da distribuição de renda no período 1968-1973 pode ser enfocada

sob diversos ângulos. Assim, a distribuição pessoal funcional de renda no período dependeu de uma série de fatores, mas não pode ser examinada sem levar em conta a política salarial do governo. Já a distribuição setorial e regional de renda está mais vinculada à política econômica como um todo e a natureza do processo de crescimento da economia.

No que diz respeito à distribuição setorial de renda, no período 1967-1973 consolida-se a redução da participação da agropecuária no produto interno bruto a custo de fatores que vinha ocorrendo desde os anos 50, passando aquela participação para cerca de 10-11% do total, nos primeiros anos da década de 70, (dados a preços correntes), enquanto a participação do setor secundário se firmou em 37-38% do total (IBGE, 1987, p. 119, e *Conjuntura Econômica*, fevereiro de 1981, p. III).

O forte crescimento da indústria no período explica, em boa medida, essa tendência. Cabe observar que, em termos de emprego, em vista da menor produtividade por trabalhador na agropecuária, a absorção de trabalhadores no setor permaneceu bem mais elevada em termos relativos. Assim, enquanto em 1960 o setor primário absorvia 54% da população economicamente ativa (PEA), em 1970 essa fração ainda era de 45,8%, reduzindo-se para 40,8% em 1973. No mesmo período, a participação do setor secundário na PEA aumentou de 12,9% em 1960 para 20,2% em 1973, enquanto a participação do emprego no setor terciário crescia de 31,5% para 39,0% naquele mesmo ano (LAGO, ALMEIDA E LIMA, 1983, p. 41).

As políticas de incentivos fiscais favorecendo os investimentos no Nordeste e no Norte, bem como as obras de infra-estrutura promovidas pelo governo na região Norte não afetaram radicalmente a predominância da região Sudeste e Sul na renda total.

Quanto ao valor agregado da indústria de transformação, dados sobre o período 1970-1974 indicam uma ligeira melhora da participação do Nordeste e do Sul em detrimento do Sudeste, mas não se pode afirmar ter havido qualquer redução significativa de desigualdades regionais no período 1967-1973, no contexto do forte crescimento da economia (IBGE, 1979, pp. 177-8 e 193).

Os dados disponíveis sobre distribuição regional da renda interna mostram inclusive uma perda de participação do Nordeste, de cerca de 15,1% em 1964-65 para 14,1% em 1968-69, enquanto a da região Norte permanecia praticamente constante (Conjuntura Econômica, 1971, pp. 109-11).

Segundo Lago particularmente impressionante a concentração de renda nas mãos dos 5% mais ricos e dos 1 % mais ricos. No primeiro caso, a sua participação na renda passa de 28,3% em 1960 para 34,1% em 1970 e 39,8% em 1972, enquanto no segundo caso o aumento é de 11,9% em 1960 para 14,7% em 1970 e 19,1% em 1972. Em contraste, os 50% mais pobres, que recebiam 17,4% do rendimento total da PEA em 1960, passaram a auferir apenas 14,9% do total em 1970 e 11,3% em 1972 (IBGE, 1979, p. 196).

Essa concentração levou diversos autores a afirmar que o crescimento econômico no "período do milagre", de 1968 a 1973, beneficiou apenas uma pequena parcela da população brasileira e que o crescimento da indústria de bens de consumo durável foi baseado na demanda de um estrato muito pequeno da população.

Dados sobre propriedade de bens duráveis e certos indicadores sociais levariam a matizar essa apreciação, que leva em conta apenas os rendimentos monetários da população e que era particularmente válida no caso da indústria automobilística. De fato, observaram-se progressos com relação ao acesso à luz elétrica e eletrodomésticos em geral, e melhorias na área de saneamento e saúde bem como na área de educação (PFFEFERMAN E WEBB, 1983, PP. 165 E 166, E JAGUARIBE, SANTOS, ABREU, FRITSCH E ÁVILA, 1986).

Assim, o forte aumento de graduados de universidade entre 1961 e 1970 e nos anos seguintes exige uma qualificação da tese de que a insuficiência de oferta de pessoal qualificado, diante da demanda resultante da expansão da economia, seria uma das causas da concentração de renda entre 1960 e 1970 (LAGO , 19~3, pp. 134, 150-1 e 157).

Como novo contraste porém cabe mencionar que, apesar da queda do analfabetismo entre a população de 15 anos e mais (de 39,5% para 33,1%),

entre 1960 e 1970, aumentou o número absoluto de analfabetos. Diversos outros indicadores sociais a nível regional ou nacional podem ser examinados para verificar a evolução da situação econômica e social da população nos anos 60 e 70.

Por outro lado, o estudo da distribuição da renda entre famílias atenua um pouco o quadro de concentração de renda, na medida em que um maior número de membros das famílias passou a trabalhar com a aceleração do crescimento, aumentando a renda familiar além dos rendimentos do “cabeça da família”.

Segundo Lago de fato, um dos aspectos sociais favoráveis da retomada do crescimento econômico foi o crescimento do nível de emprego. Não se dispõe de séries anuais para a PEA como um todo, mas a evidência setorial para anos específicos confirma um forte crescimento no período 1967-1973.

Segundo os dados das PNADS de 1968 e de 1973, abrangendo as cinco principais regiões econômicas do país, o total de pessoas ocupadas aumentou de 28.455 mil em 1968 para 35.096 mil em 1973, mostrando uma taxa de crescimento de 4,3% ao ano, bastante superior à taxa de crescimento demográfico, da ordem de 2,9% entre 1960 e 1970 (IBGE, 1979, p.105-6).

Em todos os setores de atividade se observou um crescimento do emprego ainda que haja forte diferenciação entre regiões e setores mais dinâmicos e áreas tradicionais.

Não é portanto de surpreender que as taxas de desemprego aberto computadas para o período (% pessoas desempregadas/ PEA) sejam bastante baixas e da ordem de 3 a 4,9% no setor urbano, segundo as regiões, em 1973, e de 0,4 a 2,3% no setor rural, no mesmo ano (PNAD, 1973, p. XII).

Essas taxas encobrem a existência de desemprego disfarçado, para o qual não há estimativas confiáveis para o período, mas parece razoável supor que este se reduziu com a oferta de ocupações mais bem remuneradas no setor formal da economia.

Assim, são inegáveis os progressos em várias frentes, durante o período de crescimento de 1967 a 1973. Porém, os dados de salários e de

distribuição de renda indicam que os benefícios do crescimento não foram distribuídos de forma eqüitativa entre a população e que essa situação decorreu, em parte, de políticas implementadas pelo governo naquele período.

No caso do agravamento da desigualdade entre 1960 e 1970, o período de estagnação e as políticas de estabilização de 1964 a 1966 tiveram, sem dúvida, importância capital, ocorrendo uma certa estabilização dos fatores adversos a partir de 1968.

Assim, a concentração de renda observada em 1970 não pode simplesmente ser atribuída ao período do milagre, ainda que pareça ter ocorrido uma deterioração da distribuição da nos anos seguintes.

O "objetivo básico" definido pelo Governo Costa e Silva, nas Diretrizes do Governo de 1967 e no plano Estratégico de desenvolvimento, era o do desenvolvimento econômico e social, e os "objetivos fundamentais" da política econômica, a aceleração do desenvolvimento e a contenção da inflação.

Entendendo-se desenvolvimento como crescimento econômico, a meta de "um crescimento do produto de, no mínimo, 60% ao ano" estabelecida em 1967 foi amplamente ultrapassada, já que a taxa média de crescimento do PIB de 1967 a 1973 foi de cerca de 10,2% e de quase 12,5% entre 1971 e 1973.

Foi também excedida, portanto, uma das "grandes metas" estabelecidas nas Metas e Bases para a Ação do Governo de 1970 (Presidência da República, 1970, pp. 17-8), para o período 1970 a 1973, que era de um crescimento do PIB da ordem "de 7 a 9% ao ano evoluindo para 10%", com uma média de 9%. Diante de um crescimento da população de cerca de 2,9% ao ano, a segunda grande meta, de aumento do PIE *per capita* á taxa de cerca de 6%, também foi amplamente alcançada, Entre 1967 e 1973, enquanto a população crescia de 85,1 milhões para 99,8 milhões de habitantes, o produto *per capita* cresceu á taxa média de 7,2% (IBGE, 1987, pp, 111-2).

Quanto ao nível de emprego, não se dispõe de dados anuais, mas a meta de crescimento anual, passando "de 2,8 a 2,9% para a ordem de 3,3% na altura de 1973", parece também ter sido claramente excedida, visto que a interpolação dos dados das PNADS de 1968 a 1973 indica um crescimento das pessoas ocupadas à média anual de 4,3% no período e a forte expansão do nível de emprego também é confirmada por indicadores setoriais.(GREMAUD, p 250)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período anterior ao “milagre” econômico, serviu como base para o crescimento entre 1967-1973. Reformas institucionais principalmente do PAEG, serviram, de certa forma, para criar uma base para o crescimento econômico do “milagre”.

Durante o período de 1962-66, período pós o plano de metas, a economia brasileira passou por uma crise, ocasionada pelo fim do ciclo, com o esgotamento do processo industrial de substituição de importações.

O PAEG, criado para o biênio 1965-66 não obteve resultados de imediato, a inflação ficou acima do esperado e o crescimento muito abaixo, porém, as reformas institucionais e a desaceleração da economia pode ser destacado, a inflação ficou acima do esperado, mas desacelerou, o que pode ser considerado satisfatório para o período.

O crescimento acelerado foi a causa da utilização da capacidade ociosa da economia, este o principal fator. Com a desaceleração da inflação pode-se utilizar de uma política gradualista de controle da inflação, diferentemente das políticas de choques que poderiam impedir o crescimento econômico.

Entre os setores destacaram-se o crescimento da indústria de bens duráveis. Muitas empresas estatais foram criadas, verifica-se no período uma forte atuação do Estado no crescimento econômico. O investimento nas empresas estatais fizeram com que essas empresas tivessem uma grande participação no PIB, já que até então não era muito significativo.

Durante o milagre econômico vários foram os programas do governo em busca do desenvolvimento.

Durante o governo de Costa e Silva, que tinha como principal objetivo o crescimento econômico, mas também tentou corrigirem falhas dos planos anteriores. Onde se verificou o até então plano de substituição de importações e o crescimento do Estado na economia.

O plano de Metas e Bases para a Ação do Governo foi a tentativa do governo de melhorar a questão social no país, investindo em saúde e educação. Tentando colocar o Brasil como país desenvolvido, em questões sociais.

Em relação a esses objetivos o I PND também deve ser mencionado, portanto durante um período relativamente curto de tempo o governo buscou através de suas intervenções ajustar o crescimento econômico e o desenvolvimento do país, e também, diminuir as diferenças entre setores, que até então não obtinham resultados satisfatórios.

O crescimento de forma rápida causou um agravamento do quadro social brasileiro, incompatível com o crescimento econômico apresentado.

O coeficiente de Gini aumentou na década de 70, conseqüência da grande concentração de renda no período, onde os ricos ficaram com uma parcela muito grande dos ganhos com o crescimento econômico, enquanto isso o salário mínimo real caía.

Cidades sem abastecimentos de água e grande parte da população desnutrida eram reflexos desse acelerado crescimento. Crescimento considerado o maior entre os países no período de 1967-1973.

A teoria de primeiro crescer para depois distribuir pode ser considerada a causa dessa disparidade social. O desenvolvimento não acompanhou o crescimento e a economia brasileira não estava estruturada para transformar o alto crescimento econômico em benefício para a população. As tentativas do governo foram muitas mas os resultados foram poucos.

O milagre econômico acabou com o choque do petróleo, no último trimestre de 1973, este aumento do preço do petróleo fez a economia brasileira e mundial desacelerar e assim acabar com um ciclo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. de P. (Org.). **A Ordem do Progresso**. 21. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- BAER, W. **A industrialização e o desenvolvimento**, 7. ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- BRUM, A. J. **Desenvolvimento Econômico brasileiro**. 11. ed. São Paulo: Fidene, 1991.
- CARNEIRO, D. D. **Brasil: dilemas da política econômica**. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1977.
- CONJUNTURA ECONÔMICA, Rio de Janeiro, 1971.
- FURTADO, M. B. **Síntese da Economia Brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1988.
- GREMAUD, A. P. et al. **Economia Brasileira Contemporânea**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Atlas, 1996.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **IBGE**. disponível em <http://www.ibge.gov.br>, acesso em 18 Setembro 2007.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **IPEADATA**: Base de dados. <http://www.ipeadata.gov.br> Acesso em 10 Agosto 2007.
- LACERDA, A. C. et al. **Economia Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- LAGO, L. A. **Uma Revisão do Período do Milagre: Política Econômica e Crescimento**. PUC/RJ, 1989.
- LANGONI, C. G. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil, Estudos Econômicos**. v.2 Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

LORENZO-FERNANDEZ, O. S. **A evolução da economia Brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

MATOS, P. O. **Análise dos Planos de Desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND**. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-08012003-110722/>> Acesso em: 15 Ago 2007.

REGO, J. M. et. al. **Economia Brasileira**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

ROSSETTI, J. P. **Política e programação econômica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 2000.

SIMONSEN, M. H. , Campos, R. O. **A nova economia brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

SINGER, P. **A Crise do Milagre**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SKIDMORE, T. E. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

TAVARES, M. da C. **Da substituição da importação ao capitalismo financeiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.